

# A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A SOCIEDADE DE CONSUMO E A NECESSIDADE DA SUSTENTABILIDADE

Laurentino Bernardes Vieira<sup>1</sup>

**Resumo:** O crescimento demográfico mundial que vem ocorrendo principalmente a partir do século XX, a industrialização, a urbanização, a produção e o consumo de massa têm colocado o conceito de desenvolvimento sustentável em xeque. Uma análise na literatura que aborda tal temática mostra que esse conceito foi forjado sob a perspectiva do capitalismo, o qual demanda sempre angariar a produção, o consumo e o lucro, sempre em nome do desenvolvimento, mas isso implica, muitas vezes, explorar os recursos naturais do planeta além de sua capacidade de reposição, além de provocar impactos ambientais que afetam negativamente a vida de muitas pessoas. Há necessidade de mudanças na produção e no consumo, e a Educação Ambiental é um instrumento imprescindível nesse processo de construção de sociedades realmente sustentáveis.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável; Capitalismo; Consumismo; Educação Ambiental.

**Abstract:** The worldwide demographic growth that has been occurring mainly since the 20th century, industrialization, urbanization, production and mass consumption have put the concept of sustainable development in check. An analysis in the literature that addresses this theme shows that this concept was forged from the perspective of capitalism, which always demands to raise production, consumption and profit, always in the name of development, but this often implies exploiting resources planet's natural resources in addition to its replacement capacity, in addition to causing environmental impacts that negatively affect the lives of many people. There is a need for changes in production and consumption, and Environmental Education is an essential tool in this process of building truly sustainable societies.

**Keywords:** Sustainable Development; Capitalism; Consumerism; Environmental Education.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: laurentino.vieira@educacao.mt.gov.br, Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2949437487362200>

## Introdução

Diante do atual cenário mundial vivido nos campos econômico, político e ambiental, imposto sorrteiramente pelo surto do novo coronavírus, faz-se necessário uma reflexão sobre o mundo contemporâneo construído sob a égide do capitalismo de consumo e o mundo que será deixado em dias vindouros pelas sociedades atuais, em termos de sustentabilidade. O presente trabalho aponta o crescimento demográfico mundial, o consumo exacerbado imposto pelas cadeias produtivas do sistema capitalista em contradição ao conceito de desenvolvimento sustentável e pontua o papel imprescindível da Educação Ambiental como instrumento de mudança na construção de sociedades sustentáveis.

Ao discorrer sobre a temática proposta, primeiro fez-se uma descrição da dinâmica do crescimento da população mundial, e as primeiras preocupações levantadas por Thomas Robert Malthus sobre crescimento demográfico versus produção de alimentos. Em seguida, a discussão é permeada pela ideologia de desenvolvimento sustentável e consumismo, apontando o paradigma capitalista de produção sob o qual o conceito de desenvolvimento sustentável foi forjado. Tem como objetivo analisar o conceito de desenvolvimento sustentável frente ao crescimento demográfico e ao consumismo exacerbado da população, sobretudo nos países desenvolvidos, que podem levar ao esaurimento dos recursos naturais do planeta Terra.

O texto é um convite à reflexão em um momento em que o mundo parou frente à determinação das autoridades sanitárias que impuseram quarentena para evitar ainda mais a disseminação do novo coronavírus. Os grandes mercados financeiros foram abalados negativamente do ponto de vista capitalista. O consumo de produtos industrializados vem sofrendo uma redução drástica. O desemprego vem aumentando. E qual será o cenário futuro pós-pandemia de COVID-19? Qual futuro queremos?

Pautado em indagações que nos levam à reflexões, discute-se ainda a importância da Educação Ambiental para a construção de valores e atitudes que primam pela equidade social e pela diminuição no consumo de bens e produtos industrializados, dando respaldo, assim, à ideia de sustentabilidade. Para tanto, a discussão é embasada em autores que tratam magistralmente da temática aqui abordada. Para Oliveira e Neiman (2020), a Educação Ambiental tem como objetivo conscientizar os cidadãos de que os problemas ambientais estão vinculados às suas vidas e a solução de tais problemas requer o envolvimento e a participação de todos, possibilitando o desenvolvimento de atitudes que contribuam para o exercício da cidadania e de atividades em defesa da sustentabilidade.

Como metodologia, realizou-se uma busca em livros, revistas indexadas e jornais, cuja literatura versa sobre as questões aqui enfocadas, buscando dar embasamento teórico com o aval de tais pensadores. Após a

leitura, fez-se uma escolha dos materiais em consonância com o que foi proposto neste artigo e, em seguida, ele foi redigido, buscando dar criticidade aos assuntos aqui consubstanciados.

## O crescimento demográfico mundial e o consumismo

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas – ONU, a população mundial atingiu a marca de 7,42 bilhões de habitantes no início de 2016 e, provavelmente, ultrapassará os 9 bilhões em 2050. Esse aumento de pessoas pela superfície terrestre requer mais recursos naturais e mais alimentos para suprir suas necessidades essenciais, e a extração desses recursos, quando feita de forma irracional, acaba gerando danos ao meio ambiente e, por conseguinte, à qualidade de vida dos habitantes locais, regionais e em alguns casos, podendo afetar o planeta todo, como o aquecimento global, por exemplo.

De acordo com o Relatório sobre a situação da população mundial, de 2011, da United Nations Population Fund – UNFPA, a Terra atingiu seu primeiro bilhão de habitantes em 1804 (Tabela 1).

**Tabela 1:** Anos em que a população mundial alcançou aumentos de um bilhão

Anos	Intervalos de tempo para cada um bilhão de pessoas a mais na Terra	População mundial (bilhões)
1804	Desde o surgimento do homem na Terra até 1804	1 bi
1927	123 anos	2 bi
1959	32 anos	3 bi
1974	15 anos	4 bi
1987	13 anos	5 bi
1999	12 anos	6 bi
2011	12 anos	7 bi

**Fonte:** UNFPA. Relatório sobre a situação da população mundial 2011.

**Elaboração:** VIEIRA, L, B.

Mais 123 anos depois, o planeta contava com 2 bilhões; em 1959, 3 bilhões; em 1974, 4 bilhões; em 1987, chegou aos 5 bilhões; no ano de 1999, atingiu a cifra de 6 bilhões e, 2011, alcançou os 7 bilhões de seres humanos. Conforme se pode observar, nas últimas décadas do período em análise, em apenas 12 anos um bilhão de pessoas foi incrementado aos números da população do planeta. E isto se deve principalmente às melhorias na qualidade de vida. Essas melhorias decorrem de vários fatores que se inter-relacionam, tais como a industrialização, a urbanização, o desenvolvimento técnico-

científico que proporcionou avanços na medicina, o surgimento das vacinas, a descoberta dos antibióticos, a expansão do saneamento básico, entre outros. Esses avanços provocaram a diminuição da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida (UNFPA, 2011).

Vale pontuar que as melhorias na qualidade de vida não são uniformes no mundo. Elas deram-se nos países desenvolvidos e, posteriormente foram e estão, paulatinamente, sendo implementadas nos denominados países em desenvolvimento, como por exemplo, nos países da África Subsaariana, em algumas regiões da América Latina e do Sudeste Asiático.

Alves (2014) analisando a Divisão de População da ONU, cuja revisão foi realizada em 2012, esclarece que a taxa de fecundidade total – TFT – global de 2,24 filhos por mulher, no quinquênio 2045-50, e de 2,0 filhos por mulher, no quinquênio 2095-2100, leva a entender que a estabilização da população mundial só seria alcançada, caso seja, no início do século XXII.

O crescimento demográfico mundial leva-nos a alguns questionamentos intrigantes, tais como: qual é o limite da Terra para satisfazer as necessidades dos seres humanos, ou em outras palavras, quantas pessoas o planeta tem capacidade de abrigar, fornecendo-lhes recursos naturais renováveis e não renováveis? É possível haver um desenvolvimento sustentável, suprindo as necessidades básicas presentes e conservando tais recursos para as gerações futuras? Qual é mundo que queremos, que estamos construindo hoje e iremos deixar para nossos futuros descendentes? Para Alves (2014) o capitalismo usa o crescimento populacional como “combustível” que amplia a força de trabalho e cria gerações sucessivas de consumidores e apoia seu raciocínio na citação do documento Visão 2050, do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD): “*Em apenas 40 anos, nosso planeta terá um acréscimo de cerca de 30% em seu número de habitantes. Para o mundo corporativo, isso certamente representa bilhões de novos consumidores ávidos por casas, carros e aparelhos de TV*” (CEBDS, 2009 *apud* ALVES, 2014, p. 225). O relatório de 2010 do World Watch Institute (*apud* CRESPO, 2014, p. 73) define consumismo como “*a orientação cultural que leva as pessoas a encontrar significado, satisfação e reconhecimento através daquilo que consomem*”.

Observa-se que o aumento demográfico da população mundial e o atual modelo de sociedade, pautada no consumo, é instigada pelo modelo de desenvolvimento econômico cujas égides são propostas pelo capitalismo na sua fase atual. O capitalismo, por sua vez, é indissociável do consumo. Lipovetsky (2007), analisando o capitalismo e o consumo concebe que o lapso de tempo compreendido entre as duas últimas décadas do século XIX até o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, foi marcado por um crescimento esplêndido da produção industrial, motivado, sobretudo, pelo avanço da tecnologia que permitia uma maior produtividade e em maior velocidade, propiciando assim, a produção em massa e permitindo consequentemente o consumo de massa. Nessa fase do capitalismo tem

origem o marketing de massa, que visa consumidores ávidos para consumir, quer seja por sedução, quer seja por distração.

O capitalismo de consumo é dinâmico e, segundo Lipovetsky (2007), tem sua segunda fase entre os anos de 1950 e 1980, marcado por grande desenvolvimento econômico, surgimento de grandes empresas, aumento da produtividade, competitividade de preços, diversificação de produtos e diminuição da vida útil dos mesmos, para acelerar ainda mais o consumo. A questão de poder e de status social está amparada no consumo e no poder aquisitivo das pessoas.

A terceira fase do capitalismo de consumo teve início nas últimas décadas do século XX, com destaque agora para o “consumo emocional”. Doravante, o consumo passa a ser um desejo incessante de ter, de possuir, e de ostentar um status econômico de superioridade, e os produtos, por sua vez, saem das fábricas cada vez mais modernos, competitivos, com modelos e designers mais novos, mais tentadores, e não tardam a serem considerados obsoletos, porque outros modelos surgirão, levando o consumidor a comprar cada vez mais mercadorias industrializadas para satisfazer seu desejo de consumo (LIPOVETSKY, 2007).

Percebe-se que desde a Revolução Industrial que ocorreu em meados do século XVIII na Inglaterra, o modo de vida das pessoas transformou. As indústrias passaram a produzir cada vez mais e procuraram mercados que lhes fornecessem matérias-primas e consumissem seus produtos industrializados, procurando cada vez mais lucro e alimentando o modelo capitalista pautado no consumo exacerbado, valendo-se, para alcançar seus objetivos, dos meios de propaganda para atrair seus consumidores. Comparto (2011, p. 271-272) comentando sobre o modelo capitalista pautado no consumismo elucida que

O método capitalista de autopropaganda foi inspirado na publicidade comercial, e se reveste das mesmas características: convencer o público não pela razão, mas pelos sentimentos; caprichar na aparência das mensagens, sem grandes explicações sobre o seu conteúdo; insistir em que a aceitação do que é proposto não demanda grandes esforços nem custos ingentes, e somente produz benefícios, ao contrário do que propõem os concorrentes. Com a aplicação mundial desse método propagandístico, o capitalismo logrou um feito sem dúvida inédito na história: o poder efetivo permaneceu oculto. O grande princípio ético, por ele apresentado a todo tempo e de mil maneiras, é a liberdade. O Estado deve ser reduzido ao mínimo possível, pois a sua existência significa, em si mesma, uma mutilação da liberdade privada.

Fica nítido que o capitalismo de consumo tem uma grande preocupação que é aumentar o capital em todos os seus aspectos, valendo-se do consumismo pelas pessoas. De acordo com Guimarães (2012), perpetua-se assim o binômio produção-consumo que estrutura a sociedade contemporânea baseada na relação de exploração do meio ambiente, tornando tal relação imprescindível à manutenção da boa qualidade de vida projetada.

É inegável que a tecnologia e o dinheiro podem proporcionar uma vida confortável à população, conferindo-lhe êxitos nos aspectos econômico, social e pessoal, entre outros. Todavia, o que põe a humanidade planetária em xeque é até quando a Terra tem capacidade de oferecer seus recursos naturais sem exauri-los? Por que só uma parcela da população mundial tem acesso a grande gama de produtos industrializados?

### **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**

Com o aumento da população mundial e o capitalismo de consumo, que predomina na sociedade contemporânea, surgiram problemas e preocupações inerentes ao meio ambiente. No entanto, algumas preocupações já vêm desde o final do século XVIII. Cordani e Taioli (2008) explicam que por volta de 1800 Thomas Malthus (1766-1834) sugeriu que a taxa de crescimento populacional era maior que a capacidade do planeta Terra em produzir subsistência para os seres humanos. Para Malthus, a capacidade de produção de alimentos no mundo iria ocorrer em forma de uma progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5...), e o crescimento populacional se daria por meio de uma progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16...). Sendo assim, chegar-se-ia um momento em que os campos de cultivo da Terra não poderiam mais ser aumentados, a população continuaria crescendo e a fome mataria muitas pessoas, sobretudo, os necessitados. Mas a teoria pessimista de Malthus falhou. Pois a tecnologia aplicada à produção agropecuária aumentou exponencialmente a produtividade de alimentos.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as preocupações ambientais tornaram-se mais profícuas. O uso da bomba atômica utilizada na cidade japonesa de Hiroshima, em 06 de agosto de 1945, foi a gênese de mais um problema até então desconhecido pela humanidade: a radiação nuclear e suas possíveis consequências para os seres humanos e para o meio ambiente.

Em 1962, a bióloga estadunidense, Rachel Carson, publicou um livro intitulado “Primavera Silenciosa”, no qual a autora alertava sobre os problemas ambientais oriundos do uso de pesticidas sintéticos. Os problemas ambientais vão, paulatinamente, tornando-se visíveis e preocupantes para os estudiosos e defensores da temática em questão. Em 1972, a Organização das Nações Unidas – ONU – propôs e organizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, capital da Suécia. Nesta conferência elaborou-se uma Declaração que tratava das questões intrínsecas ao meio ambiente.

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 4: 95-109, 2020.

Na década seguinte, a ONU criou uma comissão para realizar um amplo estudo sobre os problemas globais de ambiente e desenvolvimento, sob a presidência da ex-Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Blundtland. Em abril de 1987, a comissão Blundtland, como ficou conhecida, apresentou o Relatório Blundtland, também denominado de “Nosso Futuro Comum”, no qual foi introduzido o conceito de desenvolvimento sustentável. A partir de então, o conceito de desenvolvimento sustentável veio para o seio do discurso público (CORDANI; TAIOLI, 2008). De acordo com a ONU, o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.

Ainda dialogando com Cordani e Taioli (2008), o desenvolvimento sustentável preconiza um desenvolvimento na sociedade e na economia com justiça social e em harmonia com o meio ambiente, propiciando assim, uma melhor qualidade de vida para a população, atendendo suas necessidades básicas e alguns de seus “desejos”, mas sem comprometer o suprimento de recursos naturais e a qualidade de vida das futuras gerações.

Para Alves (2014), mesmo havendo boas intenções por partes das conferências de população, desenvolvimento e meio ambiente, “[...]as atividades antrópicas continuam degradando a natureza, sem uma solução concreta para evitar o colapso ambiental, tema que passou a ser a questão mais sensível e urgente da atualidade” (2014, p. 224).

O modelo de desenvolvimento econômico que impera no mundo atual tem demonstrado que o denominado desenvolvimento sustentável não está, na prática, sendo sustentável. Pois os recursos naturais estão sendo explorados em maior rapidez do que podem ser repostos na natureza. E isto se deve, sobretudo a dois fatores: o aumento demográfico mundial e ao capitalismo de consumo, sendo que este último, tem seu foco principalmente no lucro e no crescimento das grandes empresas, denominadas multinacionais ou transnacionais, como são atualmente denominadas. Para Bernardes e Ferreira (2012), a maneira capitalista de produzir afeta diretamente o meio ambiente, muitas vezes provocando impactos negativos e irreversíveis ou de difícil recuperação.

Muitos autores vêm apontando a falácia do progresso induzido pelo modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo. Esse sistema, ao produzir riqueza baseado na acumulação e concentração de capital, propicia desenvolvimento de uns e subdesenvolvimento de outros, expondo por si mesmo seu antagonismo. Bernardes e Ferreira (2012) parafraseando Mandel (1975) concebem que o sistema capitalista resulta do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no tempo, no espaço e em sua estrutura.

Contribuição magistral para o entendimento da politização da ideia de desenvolvimento sustentável e dada por Becker (2012), pois essa autora concebe que se trata de uma tentativa de ajustar o capitalismo por meio das

tendências da lógica de acumulação com as da lógica cultural, sobretudo os movimentos ambientalistas, assumindo-se assim, que o desenvolvimento sustentável não se resume à harmonização da relação entre economia e ecologia. Ele representa um mecanismo de regulação do uso do território, e como tal é um instrumento político.

Existe uma grande heterogeneidade na distribuição de riquezas entre os Estados-nações. Os países desenvolvidos, conhecidos também como países do Norte, caracterizam-se por um consumo elevado de matérias-primas e energia. Ao passo que os países em desenvolvimento, também denominados países do Sul, lutam para atingir o desenvolvimento. Porém, fica evidente que o planeta não teria como suportar tal consumismo exacerbado por todos os países do mundo (CORDANI; TAIOLI, 2008).

Parece haver consenso entre os autores na literatura que aborda o tema do desenvolvimento sustentável, de que este não é capaz de cumprir seu supremo objetivo, que é satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as necessidades das futuras gerações da Terra. Acontece que a ideia do desenvolvimento sustentável foi forjada na esteira do capitalismo, cujo paradigma é o consumo intenso por parte da sociedade, a exploração dos recursos naturais, a exploração da mão de obra trabalhadora. Para Shiva (1991 *apud* GUIMARÃES, 2012), a ideologia do desenvolvimento sustentável foi construída no bojo da economia de mercado, oferecendo, por conseguinte, soluções de mercado à crise ecológica. Para essa pensadora, a ideia de desenvolvimento atrelado ao adjetivo sustentável é falsa e se baseia em três erros ontológicos: o primeiro é a primazia ontológica do capital; o segundo é a separação ontológica entre a produção e a conservação; e por fim, o terceiro erro ocorre pela ideia de dar por sustentada a substituição da natureza pelo capital.

Alves (2014) corrobora com a falsa ideia de desenvolvimento sustentável ao conceber que tem aumentado o número de pessoas que consideram o desenvolvimento o principal vetor de destruição das fontes naturais da vida e da biodiversidade. O capitalismo não consegue ser ao mesmo tempo socialmente inclusivo, justo e ambientalmente sustentável.

De acordo com Crespo (2014), o problema da produção e consumo pautados na insustentabilidade é simples de ser entendido, pois não podemos extrair mais recursos naturais do que a capacidade da natureza em repô-los. Também não podemos descartar mais resíduos do que a natureza seja capaz de assimilar. Ainda dialogando com Crespo, a autora analisa que a parte mais visível do iceberg da produção e do consumo insustentáveis são a degradação das florestas, dos solos, do ar, as áreas degradadas pela exploração de minérios e as montanhas de lixo geradas todos os dias, sendo que o acúmulo de lixo tem grande contribuição do desperdício e da cultura dos descartáveis.



## Os reflexos socioeconômicos da pandemia de COVID-19 e o papel da Educação Ambiental

Desde o final do ano de 2019 o mundo vem acompanhado por meio da televisão e outros meios de informação sobre a doença denominada COVID-19. De acordo com o site da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, desde o começo de fevereiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS – passou a chamar oficialmente a doença causada pelo novo coronavírus de COVID-19. COVID significa COrona VÍrus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro. A FIOCRUZ esclarece ainda que a denominação é importante para evitar casos de xenofobia e preconceito, além de confusões com outras doenças.

A pandemia do novo coronavírus está mudando o comportamento das pessoas no mundo todo e tem aguçado o pensamento de muitos estudiosos sobre a iminente necessidade de mudanças no atual parâmetro de produção e consumo imposto pelo sistema capitalista de produção. O confinamento imposto pelas autoridades sanitárias, o desemprego que ronda e assola milhares de trabalhadores no mundo todo, as desigualdades sociais e os problemas ambientais decorrentes das atividades antrópicas necessitam de diálogos no seio acadêmico que fomentem e tornem profícuas as ideias de construção de um mundo melhor, que seja realmente menos destrutivo ao meio ambiente e que seja mais equitativo, tanto social como economicamente.

Em um artigo publicado no jorna El País, o vencedor do Prêmio Nobel da Paz, Muhammed Yunus, vê a crise oriunda do novo coronavírus como uma oportunidade para “redesenhar” o sistema econômico tradicional, o qual colocou a humanidade em rota suicida (FRAGA, 2020). O momento de crise imposto pela pandemia do novo coronavírus tem propiciado uma reflexão holística sobre a maneira de como a humanidade vem travando sua relação com a natureza, onde as forças do grande capital, formado sobretudo por empresas transnacionais e grandes conglomerados, ditam as regras da produção do sistema. Nas palavras de Yunes (*apud* FRAGA,2020)

Antes de essa crise começar, a contagem regressiva para o fim da sobrevivência humana neste planeta já havia começado. Tínhamos acabado de começar a década da última chance. O aquecimento global atingira seu último estágio. A concentração de riqueza chegou a um nível tal que tornou o mundo uma bomba relógio de raiva e desconfiança.

[...] A pandemia nos salvou de tudo isso, levando o sistema à paralisia. Criou uma tremenda oportunidade para nos distanciarmos da rota suicida dos dias pré-coronavírus e criarmos um novo mundo livre de todos esses perigos.

Para que haja mudanças significativas na relação sociedade/natureza é mister implementar novas políticas que orientem o sistema produtivo sob a égide da sustentabilidade, onde haja respeito para com a natureza, e ética nas relações sociais, dando prioridade ao combate às desigualdades sociais implementadas e mantidas pelo sistema capitalista de produção. Guimarães (2012, p. 91) entende que “*O discurso dominante procura ainda consolidar um consenso em torno da sua noção de sustentabilidade como forma de preservação da ordem estabelecida*”. Percebe-se, então, que a sustentabilidade deve ser concebida como uma forma de proteção ambiental, uma sustentabilidade “desnuda” da ideologia do capitalismo de consumo, amparado sob o lema da suposta “sustentabilidade, mas que na verdade agride ao meio ambiente, exaurindo os recursos naturais e gerando impactos ambientais negativos em escalas local, regional e global.

As mudanças necessárias para construção de um mundo social, econômico e ambiental melhor e verdadeiramente sustentável após a epidemia da COVID-19, deve pautar-se em um novo paradigma de consumo. No Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global já é postulada a ideia da necessidade da compreensão coletiva da natureza e das crises que ameaçam o planeta. Este documento menciona o aumento da pobreza, a degradação humana e ambiental, a qual é baseada no modelo de civilização predominante na contemporaneidade, onde a superprodução e superconsumo por parte de poucos contracenam com o subconsumo, a precariedade e as mazelas de muitos outros seres humanos (CNPq, 2018).

Diante da situação imposta pela pandemia de COVID-19 que vem assolando o mundo e fazendo com que o consumo seja reduzido a níveis inéditos em alguns setores, como os derivados de petróleo, por exemplo, fica patente que é possível uma redução drástica no consumismo exacerbado. Agora é tempo oportuno para pensar uma nova forma de vida, a qual seja pautada em mais programas sociais, com políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas menos favorecidas, com mais racionalidade na relação sociedade/natureza. A redução no consumo de bens industrializados e no uso dos combustíveis fósseis, devido ao isolamento social imposto pela doença deve servir como uma reflexão de aprendizagem para a humanidade. Uma vez que haja menos consumo, frisa-se aqui o consumo desnecessário de bens supérfluos e aqueles plausíveis de serem substituídos, como o uso de automóveis particulares por transporte público, combustíveis fósseis por fontes alternativas de energia, entre outros, haverá menos exploração dos recursos naturais e, portanto, menos degradação do meio ambiente.

Para implementar uma relação sustentável entre a sociedade contemporânea e a natureza, a diminuição do consumo deve tornar-se uma constante. A pandemia do novo coronavírus deixa patente que se o consumo de produtos diminui, o preço dos produtos despencam e as indústrias diminuem o ritmo de produção. Apesar desta ideia de redução de consumo parecer uma

utopia, ela foi pontuada na III Conferência Nacional do Meio Ambiente e foi posto que as emissões antrópicas de gases de efeito estufa estão intrinsecamente vinculadas aos padrões de consumo e que, de acordo com projeções atuais a população deve chegar a 9 bilhões de pessoas em 2050 e, portanto, se não forem modificados os padrões de produção e consumo deve haver um aumento dessas emissões de gases do efeito estufa – GEE (BRASIL, 2008).

Além da redução da produção e do consumismo imposto pelo sistema capitalista de produção, faz-se necessário também criar medidas alternativas para mitigar os impactos ambientais causados pela ação antrópica. As fontes alternativas de energia, por exemplo, devem substituir as fontes tradicionais, como o petróleo que é a principal fonte de energia nos dias atuais, porém é altamente poluente, lançando grandes quantidades de gás carbônico na atmosfera. Nesse sentido, Cordani e Taioli (2008, p. 525) corroboram ao afirmar que *“A busca pela sustentabilidade do planeta fará com que a energia solar e suas variantes (eólica, marés e biomassa) contribuam com maior percentual na matriz energética dos países”*.

Todavia mudanças nos paradigmas de produção e consumo não devem acontecer como em um “toque de mágica” quando a pandemia da COVID-19 terminar. Em um futuro pós-pandemia, o qual ainda é incerto e para o qual estão surgindo muitas indagações, deve-se pensar em uma Educação Ambiental voltada a preparar cidadãos críticos e com ações efetivas de enfrentamento frente aos problemas sociais, econômicos e ambientais. Certamente esse é um caminho longo, mas extremamente necessário do ponto de vista da sustentabilidade. Para que isso ocorra, deve haver *“mudança nos padrões de consumo, nos padrões das moradias, na durabilidade e taxa de obsolescência nos bens de consumo”* (BRASIL, 2008, p. 23).

No período vindouro, pós-pandemia de COVID-19, será oportuno pensarmos, dialogarmos e fomentarmos a ideia sobre a construção de um mundo melhor para todos, com mais equidade social, onde o *ter* não seja mais importante que o *ser*. Todavia, ao postulamos a ideia da redução do consumo e da produção, devemos entender também que, como consequência haverá aumento no desemprego em todos os setores que absorvem mão de obra. Yunes, ganhador do Prêmio Nobel da Paz (*apud* FRAGA, 2020), sugere a criação de um novo tipo de negócio social que contrabalance o antigo, cujo modelo seja para resolver problemas das pessoas e que não gere lucro (o motor do sistema capitalista contemporâneo).

Nesse sentido, a construção de uma sociedade mais justa, equitativa, com menos problemas ambientais, pode ser concebida sob a perspectiva de uma economia solidaria (ES), advogada por Daniel Tygel. De acordo com este autor, nesse tipo de organização econômica não haveria patrões e empregados, mas todos seriam empreendedores nas associações, grupos e cooperativas. O consumidor, ao adquirir um produto da ES estaria investindo em um produto cujo faturamento da venda daria-se de maneira democrática

entre os trabalhadores que o produzissem, diferentemente do modo de produção capitalista vigente, fundado no trabalho subordinado e no acúmulo de capital pelo empresário (TYGEL, 2013).

A ideia de construção de uma sociedade moldada em padrões sustentáveis de produção e consumo será sempre postulada, e a Educação Ambiental tem um papel fundamental nesse processo de transformação. Para tanto, ela precisa ser uma educação crítica e contundente no sentido de fazer com que a sociedade compreenda novas formas de relacionar-se com a natureza e de consumir. Ao abordar a Educação Ambiental como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – já apontavam que mesmo sendo recomendada nas conferências internacionais de meio ambiente, “A Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mudanças profundas e nada inócuas (BRASIL, p. 27, 1997). Mudar é difícil, mas é possível, e a educação deve ter como lema esta bandeira. As ações político-pedagógicas devem ser impregnadas de desejo de mudanças por um mundo com mais igualdade econômica, com mais equidade social e menos agressões à natureza.

Após passarmos o período da quarentena, devido à doença da COVID-19, teremos a possibilidade de mudanças no que tange à sociedade, à economia e ao meio ambiente. Vários cenários devem surgir quando a pandemia passar. Mas esta certamente nos deixará uma lição de que podemos e devemos repensar a forma como estamos atuando no mundo hoje, a fim de construirmos dias vindouros melhores. As forças econômicas formadas pelo grande capital e concretizadas na forma das transnacionais e dos conglomerados devem impor seu poderio para angariar ainda mais seu poder e domínio, sob a égide das políticas neoliberais, as quais primam pela menor interferência do Estado no mercado e pelas privatizações das empresas estatais, e ademais disso, o aumento dos lucros. Na literatura, tanto nacional como internacional, encontramos muitos autores que comungam a ideia de que a angústia atual da sociedade tem sua gênese na primazia do lucro privado sobre o interesse social e sobre a degradação da natureza.

A construção de sociedades sustentáveis perpassa intrinsecamente pela maneira da como concebemos nossa relação com a natureza e como é nossa maneira de agir enquanto sociedade. Para Álvares e Veja (2009), os cidadãos necessitam urgentemente adquirir conhecimento (alfabetização científica e ambiental) e um comportamento “ecológico” que nos permita desenvolver sem crescer além dos nossos limites e desenvolver uma nova cultura intelectual, de consumo e tecnologia. E, nesse processo, a educação, entendida com uma educação transformadora orientada para a sustentabilidade, tem um papel fundamental.

Diante do exposto, percebe-se que é possível construir sociedades sustentáveis, todavia, para isso é imprescindível mudanças de atitudes e comportamentos das pessoas no mundo todo. E a Educação Ambiental torna-

se um instrumento essencial para preparar essas mudanças, oferecendo um arcabouço de conhecimentos teórico-críticos e soluções plausíveis de serem, paulatinamente, implementadas. Como a Educação Ambiental é um tema interdisciplinar na Educação Básica, isto é, não tem uma disciplina específica que a desenvolva, faz-se necessário que todos os professores estejam envolvidos em desempenhar a função de educador ambiental em prol da construção de um mundo melhor, mais justo e sustentável.

## Conclusões

Diante do cenário socioeconômico, político e ambiental que o mundo está vivenciando no decorrer desse ano de 2020, devido à quarentena imposta pelas autoridades sanitárias com o aval de seus respectivos chefes de Estado, muitos questionamentos foram e estão sendo feitos sobre como o será o mundo pós-epidemia do novo coronavírus. Esses questionamentos são relevantes porque contribuem para o debate e a necessidade da construção de sociedades sustentáveis e com mais equidade.

A população mundial teve um crescimento exponencial no decorrer do século XX, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, resultado da urbanização e das melhorias médico-sanitárias e das políticas sociais implementadas. Se o crescimento demográfico demonstra êxito da espécie humana no planeta, por outro lado gera preocupação em relação à sustentabilidade dos recursos da Terra. Quanto mais gente, maior a quantidade de produtos para satisfazer suas necessidades.

No que tange à produção e ao consumo de bens e mercadorias industrializados, as sociedades contemporâneas foram moldadas em parâmetros que não contribuem para a sustentabilidade. Imbuídas pelo desejo do ter, seja por uma questão de status social ou seja por uma necessidade construída pelo próprio sistema capitalista de produção, onde comprar proporciona felicidade, o consumismo vai na contramão do conceito de desenvolvimento sustentável. Todavia, faz-se necessário frisar aqui que o tal conceito foi cunhado sob o aval do próprio sistema capitalista que advoga o desenvolvimento das nações.

Diante do exposto, conclui-se que o crescimento demográfico mundial e o consumismo exacerbado colocam em xeque a ideia do desenvolvimento sustentável. Deve-se repensar os padrões de produção e consumo, reduzindo-se assim os impactos deles oriundos no meio ambiente, criando-se novas formas de relações de trabalho, onde o lucro não seja o objetivo primordial da relação. A construção de sociedades sustentáveis depende de mudanças nos parâmetros de produção e consumo e a Educação Ambiental é um instrumento essencial nesse processo.

## Referências

ÁLVARES, P. VEJA, P. Actitudes ambientales y conductas sostenibles: implicaciones para la educación ambiental. **Revista de Psicodidáctica**, v. 14, n. 2, 2009,

ALVES, J. E. D. População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.31, n. 1, 2014.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. *In*: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BERNARDES, J. A; FERREIRNA, F. P. M. Sociedade e Natureza. *In*: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T (Org). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. III Conferência Nacional do Meio Ambiente. **Mudanças climáticas: caderno de debate**. Brasília – DF, 2008. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/publicacoes/clima/category/70-mudancas-do-clima.html>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. Tradução: Raul de Polillo. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

COMPARATO, F. K. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 72, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**, 2018. Disponível em: <[http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2018/pjc/assets/pdf/webaulas/web-04/tratado\\_jornada\\_por.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2018/pjc/assets/pdf/webaulas/web-04/tratado_jornada_por.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CORDANI, U. G; TAIOLI, F. A Terra, a humanidade e o desenvolvimento sustentável. *In*: TEIXEIRA, W. *et al.* **Decifrando a Terra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CRESPO, S. Consumo sustentável. *In*: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.): **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2013. 452 p.

FRAGA, E. Pandemia tirou o mundo de rota suicida do sistema econômico tradicional, diz Nobel da Paz. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 01 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/pandemia-tirou-mundo-de-rota-suicida-do-sistema-economico-tradicional-diz-nobel-da-paz.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 4: 95-109, 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Por que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de COVID-19?** Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental. *In*: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T (Org). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal** – Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, L.; NEIMAN, Z. Educação Ambiental no Âmbito Escolar: Análise do Processo de Elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v.15, n.3, 2020.

TYGEL, D. Economia Solidária. *In*: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.): **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores** – Volume 3. Brasília: MMA/DEA, 2013. 452 p.

UNITED NATIONS POPULATION FUND – UNFPA. **Relatório sobre a situação da população mundial 2011**. Disponível em: <[https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/caderno\\_populacao6%20%281%29\\_0.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/caderno_populacao6%20%281%29_0.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2020.